



Resumo Semanal

Ano 1 – Número 35 – 26/03 à 30/03/2018

Destaque da Semana

[Inspeção do Trabalho publica norma sobre embargo e interdição](#)

Ministério do Trabalho - 27/03/2018

O Ministério do Trabalho publicou no Diário Oficial da União dessa segunda-feira (26) a [Instrução Normativa nº 142](#) que disciplina procedimentos de fiscalização relativos a embargo e interdição para a atuação da Auditoria-Fiscal do Trabalho.

A IN nº 142 define que os termos e relatórios técnicos relativos a embargo ou interdição executados pela fiscalização do Trabalho deverão ser lavrados e transmitidos via sistema eletrônico específico disponibilizado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, sendo seu uso obrigatório a partir de 2 de abril.

Os termos e relatório também terão de ser enviados pelo sistema num prazo de 24 horas após sua lavratura. No caso de sua impossibilidade, o auditor, no mesmo prazo, deverá dar ciência a sua chefia imediata, seja por meio escrito ou qualquer outro meio de comunicação, descrevendo exclusivamente as condições ou situações que caracterizem risco grave e iminente à integridade física ou saúde do trabalhador.

A gravidade e iminência, que ensejam o embargo ou a interdição, devem ser caracterizadas a partir de elementos fáticos constatados na inspeção do local de trabalho, os quais podem ou não ser acompanhados de análise de elementos documentais.

Para ler na íntegra [clique aqui](#).

[TST dá posse ao desembargador Alexandre Ramos no cargo de ministro no dia 4/4 \(quarta-feira\)](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/03/2018

O Tribunal Superior do Trabalho realiza no próximo dia 4/4 (quarta-feira), às 17h, a sessão solene de posse do desembargador Alexandre Luiz Ramos no cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Ele ocupará vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista decorrente da aposentadoria do ministro João Oreste Dalazen, em novembro do ano passado.

[Turma restabelece normas coletivas que previam contrapartidas à flexibilização de direitos](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/03/2018

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho restabeleceu, em processos distintos, a validade de normas coletivas que tratavam da base de cálculo das horas extras e da jornada noturna reduzida em termos distintos daqueles previstos na legislação. Nos dois casos, o fundamento foi que as normas implicam concessões recíprocas e preveem contrapartidas aos trabalhadores.

[Loja de departamentos consegue afastar dano moral em revista visual de bolsas e pertences de empregada](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/03/2018

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, considerou regulares as revistas apenas visuais realizadas pelas Lojas Riachuelo S. A. nos pertences de uma empregada e isentou a empresa do pagamento de indenização por dano moral. “Não há como condenar o empregador em razão do regular exercício do poder de fiscalização nem como punir quem não comete irregularidade”, afirmou a relatora, ministra Kátia Magalhães Arruda.

[Trabalhador que ficou com incapacidade multiprofissional após acidente restabelece indenização](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 26/03/2018

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu o direito de um auxiliar de topografia da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) a receber indenização de R\$ 60 mil em decorrência de acidente em que teve a mão e o braço direito esmagados por uma rocha durante uma inspeção. De acordo com a perícia, as lesões levaram à incapacidade multiprofissional.

[Ministério reforça apoio à aprendizagem profissional durante Fórum Nacional](#)

Ministério do Trabalho - 29/03/2018

O Ministério do Trabalho (MTb) vai reforçar, na próxima terça-feira (3), o apoio à aprendizagem no país, como forma de proporcionar aos jovens mais oportunidades para o futuro profissional, além de auxiliar no combate ao trabalho infantil. O órgão vai sediar em Brasília, a partir das 9h, a 1ª Reunião Extraordinária do Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional (FNAP) em que será discutido o novo Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP). "O Ministério do Trabalho apoia e vê a aprendizagem como um instrumento de extrema relevância para o futuro dos jovens brasileiros no mercado de trabalho", afirmou o ministro do Trabalho em exercício, Leonardo Arantes.

[Cerca de 8,5 milhões de empresas entregam declaração da Rais no prazo](#)

Ministério do Trabalho - 28/03/2018

Cerca de 8,5 milhões de empresas entregaram a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do ano-base 2017 até o dia 23, prazo para entrega da declaração. O número é igual ao de 2016. No balanço prévio foram registrados 65 milhões de vínculos empregatícios, 2 milhões a menos em relação ao ano anterior. Apesar do encerramento do prazo, na última sexta-feira (23), o sistema continua aberto para o recebimento dos documentos, mas a entrega fora do prazo gera multas que variam de R\$ 425,64 a R\$ 42.641,00, a depender do tempo e do número de funcionários registrados.

[FGTS facilita renegociação de dívidas](#)

Ministério do Trabalho - 27/03/2018

O ministro do Trabalho em exercício, Leonardo Arantes, presidiu nesta terça-feira (27) reunião ordinária do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que aprovou novas condições para renegociação e pagamentos de dívidas em operações de crédito com o Fundo. Pela Resolução Nº 809 do FGTS, a liquidação ou amortização das dívidas de contratos prevê a utilização de títulos CVS a taxa de juros nominal de 3,08% ao ano e de bens e/ou direitos de titularidade do devedor.

[RGPS: Previdência Social tem déficit de 14,5 bilhões em fevereiro](#)

Secretaria de Previdência - 27/03/2018

Em fevereiro, o Regime Geral de Previdência Social registrou déficit de R\$ 14,5 bilhões, um aumento de

4,9% em relação ao mesmo mês do ano passado. A diferença é resultado de uma arrecadação de R\$ 29,9 bilhões e despesa de R\$ 44,4 bilhões. Se comparada a fevereiro de 2017, a despesa teve aumento de 4% (R\$ 1,7 bilhão a mais) e a arrecadação, 3,5% (incremento de R\$ 1 bilhão). No acumulado do bimestre, o déficit da Previdência chega a R\$ 28,9 bilhões – 5,5% maior que no mesmo período do ano passado. A arrecadação soma R\$ 58,9 bilhões e a despesa, R\$ 87,8 bilhões.

[MPT quer anulação de acordo prejudicial aos trabalhadores](#)

Ministério Público do Trabalho – 27/03/2018

O MPT em Rondonópolis deu parecer em processo movido pela Empresa Sul Americana de Montagens (EMSA) e pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada e Afins do Estado de Mato Grosso (Sintecomp) para impedir a homologação, pela Justiça do Trabalho, de acordo que visa cancelar duas irregularidades trabalhistas: o atraso no pagamento de salários e o parcelamento de verbas rescisórias dos empregados da construtora.

[Petição on line pede apoio à preservação da Lei da Aprendizagem](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 26/03/2018

Uma petição on line no Avaaz alerta sobre uma alteração na Lei da Aprendizagem que pode diminuir a quantidade de vagas para jovens aprendizes nas empresas. “Você é a favor da Lei da Aprendizagem? Diga NÃO à redução da cota de jovens aprendizes!” é o enfoque dado ao assunto.

[Salário mínimo regional - como fazer o pagamento retroativo de diferenças](#)

Portal eSocial - 27/03/2018

Os empregadores estão acostumados a incluir no eSocial o reajuste salarial dos seus empregados domésticos no início de cada ano, decorrente do aumento do salário mínimo. Você sabia que, além do salário mínimo federal - que vale para todo o país - os Estados podem instituir salário mínimo regional? É o caso dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Leis Estaduais promulgadas criam pisos regionais e estabelecem que são devidos pagamentos retroativos a janeiro, em geral.

[Canal de recebimento de contestação de obrigatoriedade ao eSocial no portal estará disponível até 31/03](#)

Portal eSocial - 28/03/2018

Notícias

As empresas que queiram contestar seu enquadramento nos critérios da [Resolução nº 03 do Comitê Diretivo do eSocial](#), quanto à sua obrigatoriedade ou não em utilizar o eSocial no primeiro grupo, poderão entrar em contato com os órgãos integrantes do eSocial, por meio do link: [Contestação de Obrigatoriedade ao eSocial](#) até sábado, dia 31/03/2018. Após esta data, o canal de comunicação será desativado.

[Publicada versão 1.6.4 do Manual de Orientação do Desenvolvedor](#)

Portal eSocial: 28/03/2018

Foi disponibilizada na área de [Documentação Técnica](#) do portal do eSocial a nova versão do Manual de Orientação ao Desenvolvedor (versão 1.6.4). As principais evoluções se referem ao comportamento da validação do CPF, no ambiente de Produção Restrita e à estrutura do retorno do processamento do evento.

Atos Normativos

[INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 142, DE 23 DE MARÇO DE 2018](#) (DOU de 26/03/2018 Seção I Pág. 187) - Disciplina procedimentos de fiscalização relativos a embargo e interdição para atuação da Auditoria-Fiscal do Trabalho;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 881, DE 27 DE MARÇO DE 2018](#) (DOU de 28/03/2018 Seção I Pág. 178) - Aprova a Nova Metodologia de Avaliação dos Programas do FGTS, os parâmetros e procedimentos para sua aplicação e autoriza o Agente Operador a implementar melhorias necessárias na Metodologia, no processo de aplicação e no Sistema de Avaliação dos Programas do FGTS (SIADP);

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 882, DE 27 DE MARÇO DE 2018](#) (DOU de 28/03/2018 Seção I Pág. 180) - Propõe nova redação à Resolução nº 809, de 2016, que aprova condições para renegociação e pagamento de dívidas em operações de crédito do FGTS;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 883, DE 27 DE MARÇO DE 2018](#) (DOU de 28/03/2018 Seção I Pág. 180) - Referenda a Resolução nº 880, de 18 de janeiro de 2018, editada ad referendum do Conselho Curador do FGTS;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 885, DE 27 DE MARÇO DE 2018](#) (DOU de 28/03/2018 Seção I Pág. 180) - Aprova a alocação de recursos à Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), para o exercício de 2019, a título de remuneração da fiscalização do FGTS.

[DESPACHO GM/MTb DE 26 DE MARÇO DE 2018](#) (DOU de 29/03/2018 Seção I Pág. 260) - O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, resolve acolher o opinativo da Assessoria Especial de Apoio ao Ministro exarado na Nota Técnica nº 21/2018/CGAT/AESAM para conceder força executória ao Parecer Jurídico 00002/2018/CONJURMTB/CGU/AGU referente à aplicabilidade da Lei nº 13.467, de 14 de julho de 2017 (Teletrabalho).



QUEIROZ NETO
ADVOCACIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL

Responsável Técnico
Dr. Clovis Veloso de Queiroz Neto
OAB-DF 14.823

(61) 98135-1818
clovis@queirozneto.adv.br
queirozneto.adv.br

(61) 3526-7707
SHVP Rua 8 Chácara 202 Casa 34
CEP: 72006-845 - Brasília-DF